



“Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova”

Mahatma Gandhi

## Revisão do PDOT vai criar novas áreas habitacionais

Foi oficialmente iniciado o processo de participação da sociedade civil na revisão da lei que contém o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do DF. A legislação em vigor é de 2012. E há exigência, definida em lei, de que o Plano precisa ser atualizado a cada 10 anos. Regularização de ocupações habitacionais já existentes, como o assentamento 26 de setembro, e a definição de novas áreas para moradia de interesse social estão entre os pontos principais do PDOT. A coluna apurou que a previsão é de que, este ano, seja dedicado às rodadas de participação das comunidades para fechar o texto final da proposta, que será encaminhada à Câmara Legislativa no início de 2024.

### Oficinas participativas começam em Vicente Pires

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) vai dar início a 53 oficinas participativas que serão realizadas em todas as regiões administrativas. A primeira está agendada para 27 de maio, em Vicente Pires, a partir das 9h, no Colégio Liceu.



**Queremos buscar as contribuições da população para o PDOT, identificando principalmente qual a vocação de cada região: urbana, rural, comercial, residencial, entre outros perfis”**

Marcelo Vaz, secretário de Desenvolvimento Urbano

### PPCUB em agosto

Já o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) está em estágio mais avançado. Deve ser entregue à apreciação dos deputados distritais em agosto. O texto, no momento, está sendo revisto pelo Iphan, depois dos ajustes feitos em decorrência da audiência pública realizada em novembro passado. Em 40 dias, o órgão deve dar seu parecer, e uma última audiência pública será convocada para arrematar o projeto.

Victor Hugo Pessoa/Sistema Fibra



### Ibaneis descarta volta da Difal

Na Agenda Legislativa da Indústria do DF, apresentada oficialmente ontem pela Fibra, a entidade se posiciona favorável a 13 proposições do GDF e Câmara, e contra nove. Entre estas, o retorno da cobrança da Difal e a redução do orçamento do Fundo de Amparo à Pesquisa (FAP). O governador Ibaneis Rocha informou ao setor que vai suspender a tramitação do projeto da Difal, que é de autoria do Executivo local. Afirmou que não pretende aumentar carga de impostos. O projeto prejudicaria pequenas e médias empresas. Em 2019, o próprio Ibaneis assinou o fim da cobrança do diferencial de alíquota (Difal) sobre crédito nas vendas interestaduais. A medida retirou das empresas optantes do Simples Nacional a cobrança do diferencial de taxa sobre o ICMS.

### Agência de Desenvolvimento Econômico

Uma demanda ao GDF, encampada pela Fibra, é a criação de uma Agência de Desenvolvimento Econômico, um órgão de governo com mais agilidade, autonomia e que integre todas as pontas da administração pública para fomentar o crescimento da setor produtivo.

### Sinergia

“É gratificante fazer a entrega deste documento, que representa a nossa transparência de posicionamentos e nossa contribuição para o diálogo com o governo e o legislativo local. Essa agenda não é apenas de um setor, mas uma agenda para o desenvolvimento de toda a nossa capital federal”, disse à coluna o presidente da Fibra, Jamal Bittar. O presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz (MDB), também participou do evento.

UNECs/Divulgação



### Parceria com a UNECS

Durante a cerimônia, foi inaugurado também o novo espaço de funcionamento do Instituto UNECS — União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, que foi representada representada pelo empresário Leonardo Miguel Severini, presidente da ABAD. Na pauta da entidade e da FCS está “a redução do Custo Brasil por meio da reforma tributária (PEC 45/2019 e PEC 110/2019)”.

### Pacheco elogia Haddad para Frente Parlamentar do Comércio e Serviços

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, marcou presença ontem na inauguração da nova sede da Frente Parlamentar Mista do Comércio e Serviços (FCS), no Lago Sul, em Brasília. O senador Efraim Filho (União-PB) e o deputado Domingos Sávio (PL-MG) são as lideranças da Frente. Pacheco ressaltou a importância do teto de gastos e elogiou a iniciativa do ministro da Fazenda, dizendo que o arcabouço fiscal está muito bem elaborado por Fernando Haddad. E também afirmou: “precisamos enfrentar a reforma tributária junto com o governo federal”.

## » ENTREVISTA / LEANDRO GRASS, PRESIDENTE DO IPHAN

Ex-deputado distrital e ex-candidato ao GDF fala que a geração de emprego e renda é uma das prioridades de sua gestão

# “Patrimônio interage com turismo”

» ANA LUIZA MORAES\*

Os desafios do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foram abordados pelo CB.Poder — parceria entre Correio e TV Brasília, que recebeu, ontem, o presidente do órgão, Leandro Grass. Na entrevista concedida à jornalista Ana Maria Campos, ele destacou como o patrimônio pode ser um instrumento do desenvolvimento urbano e da economia. O professor e ex-deputado distrital falou ainda sobre seus projetos políticos e sua avaliação da gestão Ibaneis Rocha.

O senhor acha que existia uma intenção do governo Bolsonaro de extinguir o Iphan ou até deixá-lo morrer para não realizar o seu trabalho?

O que aconteceu com o Iphan foi o que aconteceu com a cultura de forma geral, porque a cultura é esse elemento que une as pessoas, que cria esse sentimento de pertencimento à sociedade. E um governo de extrema direita, um governo não democrático não se interessa por isso. O Ministério da Cultura foi extinto, o Iphan migrou para o Ministério do Turismo, e havia, ali, um conjunto muito sério e muito grave de descontinuações de projetos. A educação patrimonial foi praticamente paralisada. De alguma maneira, foi um desvirtuamento do órgão. O Iphan não é só um órgão fiscalizador. Tem gente que acha que o papel do Iphan é só ver se tem alguma coisa errada com os patrimônios, com os bens tombados. O Iphan tem uma agenda positiva imensa para o Brasil. Essa

Mariana Lins



**Esse dualismo, esse antagonismo entre preservação e desenvolvimento foi superado no mundo inteiro. E a gente também precisa superar no Brasil”**

pauta do patrimônio interage com o turismo, com o meio ambiente, com a geração de emprego e renda, com a educação e, obviamente, estamos na cultura, então, é um grande elemento de promoção cultural.

A preservação do patrimônio, muitas vezes, no olhar do senso comum, acaba trombando com o desenvolvimento. Como é esse desafio de possibilitar que Brasília e outras cidades tombadas se desenvolvam, cresçam, mas também sejam preservadas?

Esse dualismo, esse antagonismo entre preservação e desenvolvimento foi superado no mundo inteiro. E a gente também precisa superar no Brasil. Ao contrário: ele é um instrumento do desenvolvimento, na medida em que gera emprego, promove turismo, une as pessoas, integra a sociedade. Ele não pode ser visto como um entrave ao desenvolvimento. No entanto, a gente também tem de partir

do pressuposto de que os lugares, as pessoas e as comunidades mudam. As necessidades começam, também, a se modificar. Por exemplo, do ponto de vista da mobilidade urbana, hoje, temos desafios que não tínhamos 30 anos atrás. Então, como a gente concilia as necessidades da população, principalmente no que diz respeito aos direitos que ela tem, com o projeto de preservação do patrimônio? O patrimônio também está em mudança, que já contemplam acessibilidade. Isso não era pensado 40 anos atrás. São as modificações da sociedade que também nos impulsionam para uma nova forma de fazer política.

Hoje, olhando para o governo, o que o senhor vê que ainda deveria melhorar? Como avalia que está a gestão, até agora, do governador Ibaneis Rocha?

Eu não vi mudanças significativas em relação ao que havia antes. Eu fui parlamentar, fiscalizei o governo durante quatro anos, apontei uma série de problemas e apontei várias soluções, principalmente. Eu não vi nenhuma alteração significativa, até porque é o mesmo projeto que existia antes e que existe agora. Eu espero realmente que parte dos problemas da população sejam resolvidos. Não dá para Brasília ter esse sistema de mobilidade horrível que nós temos. Não dá para Brasília continuar tendo um sistema de saúde que falha ao atender as pessoas ou que

não atende. Da mesma forma, a crise que a gente está vivendo agora na educação é muito séria, e ela é anunciada. É anunciada porque esse diálogo já foi tentado várias vezes. Tudo isso já havia sido apontado lá atrás. Então, espero realmente que esses problemas se resolvam. A cidade continua crescendo de maneira desordenada, essa é a realidade. Nós temos cada dia novas ocupações, a grilagem continua atuando em Brasília, e isso tudo também é um problema do ponto de vista do patrimônio, porque coloca em risco a nossa sustentabilidade urbana, a nossa capacidade de sobreviver com qualidade de vida. Isso precisa ser pensado. A questão da habitação, do ordenamento urbano e do cumprimento das regras que, muitas delas, acabaram sendo desrespeitadas.

Qual a expectativa em relação ao seu próprio projeto político? O senhor pensa em ser candidato de novo?

Eu me preparei para ser governador em 2022. Não fui eleito e respeito a decisão da população. Eu continuo preparado e nosso programa está pronto. Ele vai ser atualizado ao longo desse tempo, graças ao debate público, que a gente quer promover com os partidos e as lideranças. Mas, hoje, o meu papel prioritário é fazer o governo Lula dar certo na pauta do patrimônio cultural. Eu sigo construindo politicamente dentro do governo, por meio dos nossos partidos, do diálogo com as lideranças, para a gente amadurecer um projeto ainda melhor para 2026 e dar uma alternativa para Brasília.

\*Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso